

-----**ATA N.º 25/2014**-----

-----Aos 19 dias do mês de novembro de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29/10/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 23, da reunião ordinária do Executivo de 29/10/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 5/11/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 24, da reunião ordinária do Executivo de 5/11/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter comparecido à mesma.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas do Município ao Mais Centro. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** lamenta, mais uma vez, e à semelhança do que tem acontecido, viver num Município onde o Senhor Presidente da Câmara não cumpre com aquilo com que se compromete. Constata que, mais uma vez, o dossier com a informação solicitada pelos Vereadores da oposição e que o Senhor Presidente tinha prometido entregar não é disponibilizado. Disse que gostaria que os serviços da autarquia funcionassem plenamente e que fosse dada resposta, aos requerimentos endereçados a esta autarquia, pelos Vereadores da Oposição. Requereu novamente, a entrega do dossier com a toda a documentação que havia solicitado. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que cumpre os compromissos assumidos e como tal, a documentação solicitada encontra-se reunida, faltando somente ser organizada num dossier, para posteriormente ser entregue ao Senhor Vereador, no entanto, e por questões de agenda, tal ainda não foi possível. -----

-----De seguida, deu conhecimento da criação do Espaço do Cidadão nas autarquias, cujo objetivo é o de suprir as dificuldades no acesso direto

dos cidadãos aos serviços públicos através do recurso aos meios digitais, acrescentando que existem já muitas autarquias a aderir, tendo as mesmas já assinado o respetivo protocolo. Disse que é um assunto que será presente à próxima reunião de Câmara, para ser analisado por todos.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se existe, ou não, algum protocolo tipo relativamente ao Espaço do Cidadão. A existir, solicitou que lhe fosse enviado atempadamente, para que o pudesse analisar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referindo-se à Requalificação da Rua Luís Vaz de Camões, disse que terá de reunir com o Diretor do Agrupamento, por forma a estudarem a melhor opção para a paragem de autocarro, acrescentando que essa decisão terá de ser comunicada à CCDR, uma vez que houve alteração do projeto inicial.-----

#### **ORDEM DO DIA**

#### **1. ADAG - ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DA GUARDA**

#### **ASSUNTO: CARTA ABERTA À SENHORA MINISTRA DA AGRICULTURA E DO MAR**

-----Foi presente ofício da Associação Distrital dos Agricultores da Guarda, datado de 29/10/2014, com registo de entrada n.º 9911, dando conhecimento da carta aberta dirigida à Senhora Ministra da Agricultura e do Mar.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que apesar da forma como está escrita não ser a mais adequada, há aspetos do seu conteúdo que devem merecer a atenção deste executivo, uma vez que, este é um concelho maioritariamente rural. Considera que esta carta suscita algumas

questões que merecem reflexão e às quais o executivo poderia dar voz, nomeadamente, a obrigatoriedade de os agricultores comunicarem eletronicamente com os organismos do estado, dado tratar-se de munícipes que não dominam as tecnologias de informática, ficando desta forma dependentes de quem domine estes processos. Propôs que o executivo estude os problemas elencados nesta carta e tome uma posição.

-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fazendo referência à parte informática disse que efetivamente os agricultores mais idosos não têm formação nesta área, no entanto, e caso seja proposta uma ação de formação ligada à parte de informática, durante o período noturno, estes também não têm disponibilidade para a frequentar. Deu conhecimento de que a Estrelacoop na pessoa da Eng.<sup>a</sup> Célia, acompanha os agricultores em tudo o que é necessário.-----

-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que quando se refere que é necessário analisar esta carta com cuidado, é no sentido de encontrar soluções. Deixa uma sugestão, para que a Estrelacoop em conjunto com as Juntas de Freguesia, possam auxiliar os agricultores nesta vertente.-----

-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu ainda conhecimento de que o Gabinete de Veterinária da autarquia visita com frequência os agricultores, prestando o auxílio que é necessário e dando conhecimento às entidades competentes das situações que considerem convenientes.-----

-----Face a tudo o que foi referido, propôs remeter esta carta à próxima reunião da CIM, onde estão representados os concelhos ligados à ruralidade, bem como, dar conhecimento do seu teor, à Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural, da ANMP.-----

-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que esta carta se refere a um encontro de pastores que aconteceu em Celorico da Beira, no

entanto, não tem conhecimento do que foi debatido nessa reunião, bem como, quais os problemas que preocupam os agricultores. Na sua opinião, se efetivamente existem problemas, que até hoje nunca chegaram ao conhecimento do executivo, e uma vez que existe a Estrelaccop, o gabinete de agricultura e veterinária na autarquia, sugeriu que a Câmara Municipal crie um serviço de proximidade aos agricultores.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que esta carta alerta para um problema grave, uma vez que descreve a realidade do Interior e do meio rural no qual o concelho está inserido. Fazendo referência ao protocolo dos produtores que foi aprovado, recentemente, e do qual fazia parte a Estrelacoop, disse que o mesmo permite o acompanhamento de uma técnica, que presta apoio aos agricultores a todos os níveis. A técnica desloca-se ao local, acompanhada por um funcionário do gabinete de agricultura, sendo que, se for detetada uma situação mais grave, desloca-se ao local um veterinário para apoiar.-----

-----**Sob proposta do Senhor Presidente da Câmara, foi deliberado, por unanimidade, remeter esta carta à próxima reunião da CIM, onde estão representados os concelhos ligados à ruralidade, bem como, dar conhecimento à Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural, da Associação Nacional de Municípios Portugueses.** -----

-----**2. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO**-----

-----**ASSUNTO: AGRADECIMENTO**-----

-----Foi presente *email* proveniente da Liga Portuguesa Contra o Cancro, datado de 4/11/2014, com registo de entrada n.º 9788, agradecendo todo o apoio prestado na divulgação, aquando do Peditório Nacional realizado.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** felicitou todos os voluntários envolvidos nesta ação da Liga Portuguesa Contra o Cancro. -----

-----**3. GABINETE TÉCNICO MUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA ESPAÇOS CULTURAIS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação interna, do Gabinete Técnico Municipal, datada de 30/10/2014, com registo n.º 3078, submetendo para análise uma proposta de regulamento para os espaços culturais do concelho de Celorico da Beira, que deverá ser submetida a discussão pública, nos termos da Lei.-----

-----Informa ainda, que as taxas de ingresso, refletidas em anexo a este regulamento, constam das taxas aprovadas anteriormente em reunião de Câmara de 24/1/2013, solicitando a revogação desta deliberação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que no art.º 1.º, Identificação, seja incluída a **Torre do Relógio**.-----

-----De seguida, a Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** propôs as seguintes alterações ao Regulamento: no n.º 3, do art.º 7.º, Horário, sugeriu que **deveria constar onde é efetuada a marcação da visita prévia**; no art.º 9.º, Isenções, o artigo deveria iniciar-se pela seguinte expressão **“Estão isentos:”** e seguidamente especificar as mesmas; no art.º 10.º, Normas de Visita, o artigo deveria iniciar-se pela seguinte expressão **“É proibido:”** e seguidamente especificar as mesmas, no n.º 1, do art.º 10.º, apresentou a seguinte alteração, onde consta “... zonas reservadas ou de apoio dos diversos...”, deverá constar “... zonas reservadas ou de apoio **aos** diversos...” e no n.º 5, onde consta “... desde que não tenha para fins comerciais...”, deverá constar “... desde que não **utilizada** para fins comerciais...”.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que os espaços culturais não possuem autonomia administrativa. Não entende, qual o objetivo dos

artigos 4.º, 5.º e 6.º, constarem deste Regulamento, pese embora, estarem bem redigidos. Na sua opinião, a Missão, Objetivos e Visão, fazem parte da entidade que gere estes espaços, que neste caso, é a Câmara Municipal. -----

-----No que concerne ao preçário, não lhe parece que o bilhete unitário faça qualquer sentido, até porque, implicaria ter um recurso humano disponível no local e poderá ser penalizador do turismo, incentivando os turistas a procurarem outros locais onde as visitas ao património histórico sejam gratuitas. Na sua opinião, só as visitas guiadas, deveriam ser pagas.

-----Relativamente ao n.º 5, do art.º 11.º, Cedência dos Espaços, considera que deveria ser definida uma regra geral quando se autoriza, ou não, a cedência dos espaços, bem como, uma cláusula de salvaguarda. No n.º 2, do art.º 12.º, Normas de Cedência, disse que deveriam estar definidas quais as contrapartidas financeiras e em que situações se aplicam, diferenciando as cedências para fins culturais de cedências com interesse comercial. -----

-----Sugeriu ainda, que o n.º 1, do art.º 14, Atividades Permitidas, fosse complementado com o seguinte, **dos referidos espaços culturais**. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referindo-se ao preçário, disse não concordar que a taxa do bilhete unitário seja retirada. Até porque, hoje em dia, em todos os espaços museológicos se paga entrada. Na sua opinião, se não houver bilhete unitário, as pessoas que visitam o concelho, não irão procurar o guia turístico para efetuar a visita. As taxas servem para ajudar na manutenção dos espaços. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que as visitas guiadas devem justificar-se por apresentarem valor acrescentado para o turista, na medida em que existem pessoas que recorrem aos guias turísticos, porque têm curiosidade em saber a história do património que estão a visitar. Disse novamente, que face ao número de turistas que visitam o concelho

de Celorico da Beira, não se justifica cobrar qualquer valor de entrada. O objetivo é atrair turistas e não a obtenção de receita. Disse que o património histórico não é de uma autarquia, logo, deve ser de acesso livre aos turistas.-----

-----**Foi unânime pelos Senhores Vereadores** que no n.º 2, do art.º 11.º, Cedência dos Espaços, onde consta "... será pontual e limitada no tempo...", deverá constar "... será pontual e limitada **ao** tempo..." e no n.º 4, passará a constar o seguinte: "O não cumprimento do prazo referido no ponto anterior implica a não aprovação do pedido. Todavia, dependendo da natureza do evento e da sua magnitude (meios implicados), podem existir aprovações de utilização dos espaços culturais. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que neste momento não têm dados que indiquem qual a receita que provem das entradas nestes equipamentos. Concorde com o Senhor Vereador Victor Santos, na medida em que para aliciar turistas as entradas poderiam ser gratuitas, mas por outro lado, o facto de ser gratuito, poderia retirar o interesse da visita. -----

-----Apresentou uma proposta no sentido de que se mantenha a taxa do bilhete único, e em contrapartida seja anexada uma oferta. Sugeriu como exemplo, que quem visite estes espaços pague uma taxa e receba uma oferta, como por exemplo, um mapa, uma fotografia, um calendário, um postal, entre outros, promovendo desta forma, a visita a outros espaços do concelho. Disse ainda, que a oferta deverá ser alusiva a outros espaços culturais, incitando a curiosidade do visitante a conhecer outros espaços de interesse turístico do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** felicitou o Senhor Vereador pela sugestão apresentada, apelidando-a de dinamizadora para o concelho.-----



-----O Senhor **Presidente da Câmara** face às sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores propôs que o Regulamento fosse retirado da ordem do dia, por forma a ser complementado. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, por forma a ser complementado com as sugestões propostas, devendo ser presente à próxima reunião de Câmara. -----

-----**4. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, TAXAS E LICENÇAS** -----

-----**ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente informação interna, da Secção de Expediente, Taxas e Licenças, datada de 23/10/2014, com registo n.º 2973, remetendo, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o supra referido projeto de regulamento, a apreciação pública, cumprindo-se o disposto no art.º 118.º do CPA. -----

-----Informa que foram consultados, nos termos do art.º 117.º do CPA, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), a Associação Comercial da Guarda, a Associação Empresarial do Norte da Beira (AENEBEIRA), a Guarda Nacional Republicana, a Autoridade de Saúde do Concelho de Celorico da Beira, tendo sido feitas algumas alterações ao Regulamento, propostas por estas entidades. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** fazendo referência ao n.º 4, do art.º 5.º, considera que poderá haver eventos culturais, mas de âmbito privado, e esta situação não está salvaguardada neste Regulamento. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera importante que exista disponibilidade de um local para desenvolver atividades de alguma dimensão no concelho, mas na sua opinião, a cedência do Mercado

Municipal para atividades ou instituições com fins lucrativos, deverá ter um custo adequado ao valor de mercado para o aluguer de espaços semelhantes. -----

-----Após discussão deste assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** propôs que o mesmo fosse retirado da ordem de trabalhos, por forma a ser analisado o n.º 4, do art.º 5.º, do supra citado Regulamento. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos por forma a ser analisado o n.º 4, do art.º 5.º, do referido Regulamento.** -----

-----**5. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: LOTE 29 - QUINTA DAS INGOTAS**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos Humanos, datada de 16/10/2014, com registo n.º 2921, referindo que o lote supra referido se encontra registado no inventário do Município de Celorico da Beira com o valor de 14.180€, logo, não existe qualquer necessidade de constituir uma comissão de avaliação para o mesmo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos, por forma a ser complementado com uma informação do serviço de finanças. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, devendo ser complementado com uma informação do serviço de finanças.** -----

-----**5.1 ASSUNTO: CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO - SALETE FERREIRA MIMOSO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 10/11/2014, com registo interno n.º 3174, remetendo para aprovação o Acordo de Cedência de Interesse Público, por tempo indeterminado, da Assistente Técnica, Salete Ferreira Mimoso, nos termos do art.º 50.º, do Orçamento de Estado de 2014, para a ULS da Guarda, produzindo efeitos a partir de 1 de dezembro.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a Cedência de Interesse Público, por tempo indeterminado, da Assistente Técnica, Salete Ferreira Mimoso.**-----

-----**6. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE PLACA SINALIZADORA**-----

-----**Requerente: União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 228/2014, datada de 10/11/2014, com registo n.º 3168, referindo que após analisado o assunto colocado pela União das Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, no qual solicitam a colocação de um sinal de Rua sem saída, na Rua do Serrado, informam que deverá ser colocado um sinal H4 (via pública sem saída), no entroncamento da Rua do Serrado com a Rua da Fonte Nova, em Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal H4 (via pública sem saída), no entroncamento da Rua do Serrado, com a Rua da Fonte Nova, em Celorico da Beira, devendo o mesmo ser registado e cadastrado.**-----

-----**7. COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTAS DA III COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA - APROVAÇÃO DA PLANTA DE TOPONÍMIA DA ALDEIA DA SERRA**-----

-----Foi presente informação da Comissão de Toponímia, apresentando ao Executivo a Planta de Toponímia da Aldeia da Serra. Apresentam ainda, ata e propostas da Comissão para a denominação de, novos espaços públicos, algumas alterações e eliminações de arrumamentos, bem como, a listagem de todos os nomes, seu início e seu término, para análise e aprovação, documento cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas de toponímia, apresentadas pela Comissão Municipal de Toponímia.**-----

-----**8. JEAN CLAUDE CAÇADOR LOURENÇO**-----

-----**ASSUNTO: ALUGUER DO MERCADO MUNICIPAL**-----

-----Foi presente requerimento com registo de entrada n.º 9927, de 7/11/2014, em nome de Jean Claude Caçador Lourenço, proprietário do bar “Chafariz”, a solicitar o aluguer do Mercado Municipal, para a realização de um baile aberto à população de Celorico da Beira, no dia 20 dezembro de 2014, de acordo com as taxas aplicadas no Município.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** disse que mantinha a mesma posição que já havia referido anteriormente, relativamente a esta solicitação, pelo menos, até à alteração do Regulamento do Mercado Municipal.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de aluguer do espaço “Mercado Municipal”.**-----

-----**9. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE CERTIDÃO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Particulares, datada de 11/11/2014, em nome de Manuel Marques do Adro, solicitando uma certidão referente ao imóvel, localizado na Rua da Portela – Vide-Entre-Vinhas – União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais. Após deslocação ao local, o Fiscal Municipal verificou que a edificação em questão não se encontra aparentemente em ruínas. -----

-----Atendendo ao solicitado pelo requerente e ao descrito pelo Fiscal Municipal, a técnica informa que o imóvel não se encontra em ruínas, pelo que, não é possível atender à pretensão do requerente.-----

-----**Face ao descrito na informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar ao requerente que é intenção indeferir o pedido.**-----

-----**10. JURI DO PROCEDIMENTO**-----

-----**ASSUNTO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL SUPERIOR A 6,9 KVA E BAIXA TENSÃO NORMAL ATÉ 6,9 KVA PARA INSTALAÇÕES DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA - REJEIÇÃO DO AJUSTAMENTO DA CLÁUSULA**-----

-----Foi presente informação com registo interno n.º 3254, de 14/11/2014, sobre o procedimento em título, subscrito pelo Júri do concurso, remetendo para o Executivo a rejeição do ajustamento da cláusula 4.<sup>a</sup> – Prazo de vigência, da minuta do contrato. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos propostos pelo Júri do concurso, rejeitar a pretensão do ajustamento da cláusula.**-----

-----**11. SECÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E FAMÍLIA**-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO 2014/2015**-----

-----Foi presente informação interna, do Gabinete de Ação Social, datada de 14/11/2013, com registo n.º 3248, dando conhecimento de que foi solicitado renovação de bolsa de estudo pelos alunos: Carla da Cruz Rodrigues, Susana Catarina Cardoso Caetano, Telma Alexandra Marta Caçador e Patrícia Sofia Ferreira Figueiredo.-----

-----Após a análise dos processos e segundo o Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo, o Gabinete de Ação Social conclui que deve proceder-se à continuidade da atribuição de bolsa de estudo aos alunos, com exceção da aluna Cristiana Esteves Inocência, que está inscrita no 1.º ano curricular do curso de Bioquímica, tal como aconteceu no ano transato, porém, inscrita em disciplinas do 2.º ano. Informam que segundo a alínea a), do artigo 17.º, do Regulamento a cessação definitiva da bolsa terá lugar sempre que “ o candidato não prove ter tido aprovação, com passagem de ano”.-----

-----Face ao exposto e de acordo com o art.15.º do citado Regulamento cabe ao Júri a decisão sobre a atribuição da bolsa.-----

-----**Face ao exposto, o Senhor Presidente, enquanto membro do Júri, propôs que fosse atribuída a bolsa à aluna Cristiana Esteves Inocência, tendo a Câmara deferido a proposta, por unanimidade, dando continuidade à atribuição das bolsas de estudo, para o ano letivo de 2014/2015, das alunas constantes da presente informação.**----

-----**11.1 ASSUNTO: PEDIDO DE PATAMAR EM MADEIRA**-----

-----Foi presente informação interna, com o registo n.º 3251, datada de 14/11/2014, referindo que no âmbito do PAA, entrou na autarquia uma candidatura da Associação de Melhoramentos do Mogadouro, na área de **Infraestruturas**. A referida candidatura destina-se a uma intervenção na sede das instalações da referida associação. Mais informa que a mesma,

apresenta toda a documentação exigida e, está de acordo com o Regulamento do PAA. -----

-----O apoio solicitado pela IPSS é no valor de 2.000,00€, sendo o encargo total do projeto no valor de 1.180,00€, mais IVA (271,40€), para aplicação de patamar em madeira, conforme orçamento. -----

-----Nesta sequência, submete-se minuta do contrato-programa a celebrar entre a Associação de Melhoramentos do Mogadouro e o Município de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber o porquê de não terem sido solicitados orçamentos às carpintarias do concelho de Celorico da Beira. Deixou ainda um reparo pelo facto de os orçamentos terem sido solicitados pela autarquia e não em nome da referida Associação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Manuel Portugal e Victor Santos, aprovar o contrato-programa a celebrar entre a Associação de Melhoramentos do Mogadouro e o Município de Celorico da Beira, nos termos do PAA, cujo apoio financeiro será no montante de 1.180,00€, mais IVA.**----

#### -----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

#### -----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----